

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS- BACHARELADO

YASMIN DIAS GALENO

**ENTRE SELFIES E MANCHETES: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO
DE DEPUTADAS FEDERAIS NO INSTAGRAM E NA
MÍDIA TRADICIONAL**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo da autora: Yasmin Dias Galeno

Título do trabalho: Entre selfies e manchetes: Uma análise da representação de deputadas federais no Instagram e na mídia tradicional

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Yasmin Dias Galeno, Discente**, em 30/01/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Prandini Fraga Assis, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4316541** e o código CRC **F7BDE3AA**.

Referência: Processo nº 23070.002000/2024-00

SEI nº 4316541

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

YASMIN DIAS GALENO

**ENTRE SELFIES E MANCHETES: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO
DE DEPUTADAS FEDERAIS NO INSTAGRAM E NA
MÍDIA TRADICIONAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais junto ao curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Prandini Fraga Assis

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

GALENO , YASMIN DIAS
ENTRE SELFIES E MANCHETES: UMA ANÁLISE DA
REPRESENTAÇÃO DE DEPUTADAS FEDERAIS NO INSTAGRAM E
NA MÍDIA TRADICIONAL [manuscrito] / YASMIN DIAS GALENO . -
2024.
XLIV, 44 f.

Orientador: Profa. Dra. MARIANA PRANDINI FRAGA ASSIS .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Ciências
Sociais, Goiânia, 2024.

1. MÍDIA . 2. POLÍTICA . 3. REPRESENTAÇÃO . 4. GÊNERO . 5.
IDENTIDADE . I. ASSIS , MARIANA PRANDINI FRAGA , orient. II.
Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Entre selfies e manchetes: Uma análise da representação de deputadas federais no Instagram e na mídia tradicional”, de autoria de Yasmin Dias Galeno, do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Mariana Prandini Fraga Assis com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Eliane Gonçalves (PPGS/UFG) e Profa. Dra. Rayani Mariano dos Santos (FCS/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Prandini Fraga Assis, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 04:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rayani Mariano Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4316535** e o código CRC **6C6E8821**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Mariana Prandini Fraga Assis, pela sua orientação dedicada e valiosas sugestões que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores do curso de Ciências sociais da Universidade Federal de Goiás pela qualidade do ensino e pelas discussões em sala de aula que me agregaram de forma pessoal e acadêmica. À minha família e amigos, que sempre me apoiaram e incentivaram, meu profundo agradecimento. Suas palavras de encorajamento foram meu alicerce nos momentos desafiadores.

Agradeço em especial ao meu pai, por ser meu apoio constante ao longo desta jornada acadêmica. Seu incentivo e amor foram cruciais para que eu chegasse até aqui. Obrigado, pai, por ser a minha fonte de inspiração e por sempre acreditar em mim.

Não posso deixar de mencionar a Universidade Federal de Goiás pela infraestrutura e recursos disponibilizados, que foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal durante este período. Cada palavra de apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa a representação de duas deputadas federais na mídia tradicional, contrastando-a com as representações que elas fazem de si próprias na rede social Instagram. A pesquisa aborda como essas representações da mídia tradicional podem influenciar a percepção pública das mulheres na política. E, ao investigar também as atividades das deputadas no Instagram, o estudo examina como elas utilizam essa plataforma para se comunicar, construir imagens e engajar o eleitorado, desafiando muitas vezes a forma como a mídia tradicional as representa. O foco recai sobre a visibilidade e a narrativa construída em torno das deputadas em ambas as plataformas, considerando o impacto dessas representações na percepção pública e na construção de suas imagens políticas. Ao investigar essas dinâmicas, o estudo busca oferecer *insights* sobre como mulheres na política são retratadas em diferentes contextos midiáticos e como essas representações podem influenciar a participação e a aceitação social das deputadas federais ao reificar ou desconstruir estereótipos de gênero. A metodologia do estudo é a pesquisa qualitativa, em que os dados empíricos (reportagens e postagens) coletados em jornais e no Instagram foram analisados à luz de teorias que relacionam gênero, mídia e representação, combinadas com a interseccionalidade e o transfeminismo. A conclusão do trabalho é a de que existe uma notável disparidade na forma como essas mulheres políticas são retratadas nos dois meios de comunicação, na construção da auto imagem (instagram) as deputadas conseguem ressignificar suas imagens e transformar narrativas que muitas das vezes são veiculadas de forma tendenciosa nos jornais tradicionais que acabam por reproduzir os estereótipos.

Palavras-chave: Mídia, Política, Representação, Gênero e Identidade.

ABSTRACT

This work analyzes the representation of two federal deputies in traditional media, contrasting it with the representations they make of themselves on the social network Instagram. The research addresses how these traditional media representations can influence public perception of women in politics. And, by also investigating the activities of female deputies on Instagram, the study examines how they use this platform to communicate, build images and engage the electorate, often challenging the way traditional media represents them. The focus is on the visibility and narrative built around female deputies on both platforms, considering the impact of these representations on public perception and the construction of their political images. By investigating these dynamics, the study seeks to offer insights into how women in politics are portrayed in different media contexts and how these representations can influence the participation and social acceptance of female federal deputies by reifying or deconstructing gender stereotypes. The study methodology is qualitative research, in which empirical data (reports and posts) collected in newspapers and on Instagram were analyzed in light of theories that relate gender, media and representation, combined with intersectionality and transfeminism. The conclusion of the work is that there is a notable disparity in the way these women politicians are portrayed in the two media, in the construction of their self-image (Instagram) the deputies are able to give new meaning to their images and transform narratives that are often conveyed in a biased way in traditional newspapers that end up reproducing stereotypes.

Keywords: Media, Politics, Representation, Gender and Identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. GÊNERO, REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E MÍDIA: UM SOBREVÔO PELA LITERATURA.....	12
3. ERIKA HILTON E TABATA AMARAL: AS DEPUTADAS E O HOLOFOTE PÚBLICO.....	19
3.1. A PRIMEIRA DEPUTADA FEDERAL TRANS ELEITA NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	23
3.2 ATIVISTA PELA EDUCAÇÃO E DEPUTADA FEDERAL.....	30
4 RETRATOS NA MÍDIA: COMPARANDO O TRATAMENTO DE DUAS MULHERES NOS JORNAIS.....	35
5. CONCLUSÃO.....	39

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
---	-----------

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as interseções entre gênero, mídia e política têm se revelado um campo fértil para análises críticas e reflexões profundas. À medida que a sociedade avança, a relação entre esses três elementos torna-se cada vez mais complexa e influente na construção da narrativa social. A comunicação midiática desempenha um papel crucial na formação de opiniões públicas e na moldagem das percepções sobre questões políticas, enquanto as dinâmicas de gênero desdobram-se e se entrelaçam nesse cenário.

Este trabalho busca explorar as intrínsecas conexões entre gênero, mídia e política, examinando como as representações midiáticas contribuem para a construção, perpetuação e/ou desmantelamento de estereótipos de gênero, influenciando, por sua vez, o panorama político. Ao desvendar essas relações, pretendo não apenas compreender as dinâmicas presentes, mas também destacar a importância de uma análise crítica para desafiar discursos hegemônicos e promover uma participação política mais inclusiva e equitativa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que teorias e modelos conceituais do campo de estudos de gênero, mídia e representação foram usados para estruturar e compreender o fenômeno em estudo. Essas teorias e conceitos orientaram o desenho de pesquisa e a escolha do objeto empírico de análise - a representação, na mídia tradicional e na rede social Instagram, que foi lançada em 2010 e vem sendo uma rede social digital muito utilizada para compartilhar fotos e vídeos. E portanto, tomei como objeto de meu estudo as reportagens publicadas pelos jornais Estadão e Folha de São Paulo sobre as deputadas federais Erika Hilton e Tabata Amaral no ano de 2023, juntamente com as postagens feitas nos perfis do Instagram das mesmas figuras políticas, durante o mesmo período. A escolha desses dois diferentes espaços de veiculação de discurso e imagem teve o objetivo de permitir o contraste entre as formas como as deputadas foram representadas nos jornais, e as principais questões a que foram associadas, e como elas se auto representavam em suas redes sociais levando em

consideração toda a assessoria política e de imagem das deputadas. Assim, as matérias dos jornais serviram de critério para definir quais postagens das redes sociais seriam analisadas, garantindo o substrato para comparação.

Em síntese, ao longo deste estudo, investigo como essas duas mulheres e figuras políticas são retratadas pela mídia tradicional, contrastando esse enquadramento com aquele produzido por elas mesmas em suas redes sociais, sendo essas redes sociais as digitais e analisando o impacto dessas representações nas esferas política e social, e as formas pelas quais as vozes subalternas buscam resistir e redefinir as narrativas dominantes. Além disso, examino o papel das redes sociais e das novas formas de mídia na construção e disseminação de discursos políticos, considerando como essas plataformas têm o potencial de desafiar ou reforçar as normas de gênero existentes.

Pesquisas que investigam a forma como a mídia tradicional retrata deputadas em comparação com a maneira como elas se apresentam em suas redes sociais, como esta, são de grande relevância no contexto atual. Essa análise permite uma compreensão mais aprofundada da dinâmica entre a representação midiática e a autoapresentação das deputadas, explorando como as imagens públicas são construídas e percebidas. A mídia desempenha um papel crucial na formação de opiniões públicas, influenciando atitudes e crenças. Ao examinar como as deputadas são retratadas nos meios de comunicação tradicionais e contrastando isso com suas representações nas redes sociais, a pesquisa pode identificar possíveis discrepâncias, estereótipos ou tendências que impactam a percepção pública das mulheres na política. Além disso, entender como as deputadas escolhem se apresentar em suas redes sociais oferece insights sobre estratégias de comunicação, autonomia na construção de imagem e o uso das plataformas digitais como meio de empoderamento e engajamento com o público. Essa pesquisa contribui, assim, para debates mais amplos sobre igualdade de gênero, representação política e o papel da mídia na formação da opinião pública.

O resultado da pesquisa, apresentado nesta monografia, está organizado da seguinte forma. Além desta introdução, o texto conta com outros três capítulos e uma conclusão. O segundo capítulo consiste em uma sistematização da literatura relevante, ou seja, textos acadêmicos, artigos e livros de pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para os estudos das questões de gênero, representação, identidade e mídia. No terceiro capítulo é introduzido o

porquê das escolhas das deputadas e como foi feita a coleta de dados. As duas subseções do terceiro capítulo discutem, com maior aprofundamento, as trajetórias das deputadas juntamente com a análise dos dados, contemplando as interpretações e conclusões que foram feitas na pesquisa. O quarto capítulo é voltado para entender as diferentes formas nas quais as deputadas são retratadas, oferecendo uma comparação entre a construção da imagem delas. E, finalmente, são apresentadas, no último capítulo, as conclusões tiradas da pesquisa.

2. GÊNERO, REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E MÍDIA: UM SOBREVÔO PELA LITERATURA

A mídia desempenha um papel relevante na formação e na negociação das concepções de gênero em nossa sociedade. Através de suas representações, narrativas e discursos, a mídia contribui para a construção de normas culturais, estereótipos e expectativas associados aos papéis de gênero. Ao longo das décadas, ela tem sido um veículo importante para explorar, muitas vezes, reproduzir, e outras vezes, questionar a complexa interseção entre gênero e identidade, bem como as desigualdades que permeiam nossas vidas diárias (BIROLI, 2010). Diante dessa realidade, gênero, mídia e política têm sido cada vez mais estudados de forma conjunta por pesquisadores e pesquisadoras que buscam entender como tais áreas afetam a vida em sociedade (BIROLI, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2011). Nesta breve revisão da literatura, discuto esses três campos - gênero, mídia e política - e, de modo mais detido, as suas interseções e interconexões. Além disso, trago para o debate o conceito de interseccionalidade e as contribuições do transfeminismo por reconhecer que o campo de gênero e mídia é estruturado a partir de desigualdades que precisam ser visibilizadas, e povoado por identidades interseccionais que demandam ser reconhecidas.

O termo gênero foi cunhado no interior dos estudos feministas como forma de resistência à "história das mulheres", um esforço anterior de feministas em cujos trabalhos as mulheres passaram a ser vistas como protagonistas de suas próprias histórias e que acreditavam que esse movimento mudaria não só a história das mulheres, mas toda a história. Gênero refere-se, assim, a uma organização social de relação entre os sexos e vai além apenas da categoria mulher para explicar como as próprias categorias sociais sexuadas - homem e mulher - são produzidas historicamente. Como ensina a historiadora Joan Scott, gênero permeia as relações sociais e funciona como uma categoria de análise histórica. Nos anos 1980, o termo foi visto como instrumento de busca de legitimidade dos estudos feministas acadêmicos e como forma de fazer o campo político olhar para o termo e reconhecer os estudos da área (SCOTT, 1989).

Quando colocado como categoria primária das relações sociais, é possível visualizar a importância do estudo de gênero para entender as relações de poder, sendo possível a partir dele examinar também raça, classe e etnicidade dentro dos processos sociais. A perspectiva individual e subjetiva da identidade de gênero é levada em consideração pois, para além das

normas culturais e sociais em torno do gênero, existem as experiências subjetivas de cada indivíduo em relação à sua própria identidade de gênero.

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”(SCOTT,1990, p. 16)

As estruturas políticas, as leis, as políticas públicas e as instituições desempenham um papel importante na formação das identidades de gênero e nas relações de poder associadas a essas identidades. Políticas de gênero, como leis de igualdade de gênero ou políticas de saúde reprodutiva, têm um impacto direto nas vidas das pessoas, influenciando como o gênero é percebido e vivenciado na sociedade. Além disso, o poder político muitas vezes molda as normas culturais e sociais em torno do gênero.

As questões relacionadas ao gênero, como a igualdade de gênero, a violência de gênero e os direitos reprodutivos, são questões políticas importantes. Além disso, as identidades de gênero e a representação de gênero nas esferas política e pública influenciam como as políticas são formuladas e implementadas. Essa perspectiva teórica destaca a ideia de que gênero não é uma categoria isolada da política, mas está profundamente entrelaçada com a política em todos os níveis da sociedade.

A teoria de gênero de Joan W. Scott (1989) enfatiza que a análise de questões políticas deve levar em consideração a influência das construções de gênero e as formas como gênero molda a política e a vida social. Isso tem implicações significativas para a compreensão das desigualdades de gênero, a representação política e a formulação de políticas públicas relacionadas a gênero.

Com o entendimento da construção do termo gênero e suas implicações na sociedade, é possível desenvolver esse trabalho em torno de duas mulheres que estão atuando na política como deputadas e com atividades na Câmara Federal no ano de 2023. Duas mulheres com personalidades, posicionamentos e questões que permeiam suas relações sociais diferentes, e experiências subjetivas diante de suas identidades de gênero.

A representação de gênero na política é fundamental em sociedades democráticas e, principalmente, devido às suas diversas implicações significativas. A representação de gênero na política refere-se à presença e participação de mulheres e pessoas de diferentes identidades de gênero nos processos políticos e instituições de governo. As implicações estão em refletir a diversidade da sociedade, fazendo com que as perspectivas dos grupos sejam levadas em consideração, além de promover a igualdade de gênero, defendendo leis que garantam a igualdade de direitos para todas as pessoas.

A cientista política Iris Marion Young desenvolveu o pensamento teórico referente à representação política, a partir das noções de identidade e de minorias, ou seja, uma representação inclusiva que reconhece a complexidade das identidades e defende o direito das minorias (YOUNG, 1990). Segundo ela, a partir de sua perspectiva social, um/a representante coloca certos tipos de questões, relata certos tipos de experiência, retoma uma determinada linha de narrativa histórica ou expressa um certo modo de olhar as posições de outrem (YOUNG, 1990).

Com essa perspectiva, é nítida a necessidade da inclusão de diferentes representantes para assim fazer a “política da diferença”, que valoriza e reconhece todas essas diferenças e sua importância na construção da democracia. Fica ressaltada, ainda, a importância de que esses grupos não sejam reprimidos - as desigualdades serão reconhecidas e será possível buscar formas de combater a discriminação e opressão.

Iris Marion Young também desenvolveu a ideia da responsabilidade política, que ressalta a importância de reconhecer a interdependência de uma sociedade pluralista e diversa. Ela argumentou que a responsabilidade política envolve ouvir e responder às necessidades e perspectivas das minorias e grupos marginalizados (YOUNG, 1990).

Importante ainda para se compreender a representação de minorias é o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2014), um conceito teórico que surgiu em um contexto jurídico mas que depois foi incorporado aos estudos de gênero. Na contemporaneidade, é um conceito muito estudado dentro do campo das ciências sociais para explicar diversos fenômenos sociais (COLLINS, 2019). Por exemplo, o conceito descreve a maneira como as diversas desigualdades e discriminações de gênero, raça, classe social, orientação social, idade e entre outras se interconectam e acabam por criar cenários de opressão ou privilégio. Neste conceito teórico, é reconhecido que as identidades e experiências individuais de uma pessoa

não podem ser compreendidas de forma isolada, elas devem ser analisadas em conjunto para entender a complexidade das desigualdades e discriminações.

Ainda se torna imprescindível que o contexto seja levado em consideração, seja ele o contexto econômico, social e político, isso porque as experiências de um grupo social podem variar de acordo com onde ele vive, trabalha, os ambientes frequentados, e no geral a forma como a pessoa interage com a sociedade.

A interseccionalidade é um conceito fundamental para uma compreensão mais precisa das complexas dinâmicas de poder, privilégio e opressão na sociedade. Ela reconhece que as experiências das pessoas são únicas e moldadas por uma combinação de identidades, e destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e equitativa para a justiça social.

A teoria da interseccionalidade é associada à pesquisadora Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo em 1989. Ela argumentou que as experiências das mulheres negras não podiam ser compreendidas apenas através das lentes do feminismo ou do antirracismo (CRENSHAW, 2014), mas exigiam uma análise que levasse em consideração as formas como essas identidades se sobrepõem e interagem. A partir da contribuição de Crenshaw, outras pesquisadoras desenvolveram suas pesquisas a respeito da interseccionalidade, uma delas é Patricia Hill Collins (2019). Em seu trabalho sobre o pensamento feminista negro, Collins examina como as mulheres negras enfrentam opressões interseccionais, apontando que feministas tradicionais negligenciavam as vozes e experiências das mulheres negras e que o feminismo deve ser mais sensível à interseção de raça, gênero e classe social, reconhecendo as diferentes maneiras pelas quais as mulheres negras enfrentam opressões e desafios específicos.

Ainda em sua obra, Collins examina o heterossexismo como um sistema de poder e privilégio que favorece a heterossexualidade em relação a outras orientações sexuais. Assim, é uma forma de opressão que opera em níveis sociais, culturais e institucionais.

O privilégio heterossexual é um exemplo do heterossexismo como sistema de poder, já que existe uma maior validação e aceitação da heterossexualidade em relação a outras orientações e identidades sexuais. A presunção de que todas as pessoas são heterossexuais invisibiliza as identidades LGBTQ+, reforçando o privilégio heterossexual, além da estigmatização e o preconceito, fazendo com que as pessoas LGBTQ+ sofram discriminações nos mais diversos ambientes que frequentam.

E mais uma vez, observa-se a falta de representação: frequentemente, a mídia, a cultura popular e as instituições não representam pessoas LGBTQ+. Quando as representam, frequentemente caem em estereótipos ou representações negativas. Além disso, é possível ainda olhar para questões como a de restrições legais: em muitos lugares, as leis refletem o heterossexismo. Isso pode se manifestar em leis que proíbem casamentos entre pessoas do mesmo sexo, restrinjam os direitos parentais de pessoas LGBTQ+ ou até mesmo criminalizem suas identidades e vivências.

No campo dos feminismos, há uma corrente que foi particularmente relevante para enfrentar o problema do heterossexismo não apenas na sociedade, mas no próprio campo. Trata-se do transfeminismo. No Brasil, a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus contribuiu de forma significativa para essa área de estudos e de ativismo. O transfeminismo é um movimento e uma abordagem teórica que se concentra nas experiências, lutas e direitos das pessoas transgênero, em particular, das mulheres trans (JESUS,2014). Essa perspectiva reconhece que as pessoas trans enfrentam formas específicas de discriminação, estigmatização e violência de gênero que precisam ser abordadas de maneira sensível e inclusiva.

Jaqueline Gomes de Jesus contribuiu com alguns pontos importantes para se entender esse campo de estudo, a primeira delas é a desconstrução das normas de gênero, ou seja, desconstruir a rigidez e desafiar os estereótipos de gênero para que haja mais inclusão nas discussões de identidade de gênero. Também existe uma preocupação da Jaqueline Gomes de Jesus em relação à saúde trans, buscando a melhoria no acesso à saúde e o atendimento das necessidades específicas da saúde de pessoas transgênero.

Ambas as contribuições, da interseccionalidade e do transfeminismo, são essenciais para o entendimento das formas como as deputadas são retratadas ou como se apresentam. Quando falamos da deputada Erika Hilton, a multiplicidade de identidades faz com que a sociedade a veja e a trate de uma maneira, sendo ela uma mulher preta, transexual e de origem pobre e, portanto, com uma vivência única e diferente da deputada Tábata Amaral, uma mulher branca e cisgênero, mas que veio também de classe trabalhadora, e enfrenta representações e estereótipos diferentes na mídia.

Finalmente, é importante ressaltar a novidade das redes sociais digitais, as quais me refiro no decorrer de todo trabalho, e como elas complexificam as questões abordadas pelos estudos feministas de mídia e políticas, e suas análises sobre as complexas relações entre gênero, comunicação, poder político e influência midiática. A ascensão das redes sociais marcou uma transformação significativa na construção da imagem política de representantes eleitas, proporcionando a personalidades políticas uma plataforma sem precedentes para se envolverem diretamente com o público geral.

A dinâmica interativa dessas plataformas permite a criação de narrativas políticas personalizadas, moldadas por meio de postagens, compartilhamentos e interações instantâneas (GOMES, 2004). A construção da imagem política nas redes sociais vai além da mera apresentação de propostas e ideias; ela envolve cuidadosa curadoria de conteúdo, seleção de imagens e gerenciamento estratégico da presença online. Essas plataformas oferecem um espaço onde a autenticidade, a emotividade e a capacidade de resposta ganham destaque, influenciando diretamente a percepção pública. No entanto, essa liberdade de construção da imagem também traz consigo desafios, incluindo a propagação de desinformação e a polarização exacerbada. Neste contexto, explorar a complexa interação entre as redes sociais, a imagem política e a opinião pública torna-se essencial para compreender o impacto dessas plataformas na dinâmica política contemporânea.

Buscando estabelecer conexões entre esses diversos conceitos abordados até aqui, este trabalho pretende contribuir para a área dos estudos feministas de gênero, mídia e política, compreendendo que a mídia exerce uma importante função na representação das mulheres e que essas representações podem influenciar a participação política e a igualdade de gênero (SARMENTO; ELIAS; MARQUES, 2021), especificamente a partir da construção e perpetuação de estereótipos de gênero que impactam as candidatas e líderes políticas. (MIGUEL; BIROLI, 2011)

Além disso, estudar mídia e política é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade informada e participativa. A interação entre esses dois campos molda a opinião pública, influencia decisões políticas e desempenha um papel fundamental na formação de valores e normas sociais. Compreender como a mídia reporta e interpreta eventos políticos, assim como reconhecer as estratégias de comunicação utilizadas por figuras políticas, permite aos indivíduos uma participação mais informada no processo democrático. A análise crítica da mídia e sua relação com a política capacitam as pessoas a identificar possíveis vieses e

manipulações, promovendo uma cidadania ativa e consciente. É objetivo deste trabalho contribuir para tais fins.

No capítulo seguinte, foram feitas análises a respeito da construção de imagem das deputadas tanto nos jornais quanto no instagram.

3. ERIKA HILTON E TABATA AMARAL: AS DEPUTADAS E O HOLOFOTE PÚBLICO

A análise das matérias de jornais que retratam as duas deputadas, juntamente com a investigação de suas autoimagens no Instagram, proporciona uma visão abrangente e crítica da interação entre a mídia tradicional e as redes sociais no cenário político. As matérias de jornais, muitas vezes condensadas e impactantes, são peças fundamentais na construção da narrativa pública de figuras políticas (GOMES, 2004). Ao examinar como essas coberturas representam as deputadas, é possível identificar padrões, vieses ou estereótipos que podem influenciar a percepção do público. Complementarmente, a análise da autoimagem das deputadas em suas contas de Instagram oferece um contraponto valioso, revelando as estratégias que essas líderes políticas empregam para moldar a própria imagem. O Instagram, como plataforma visual e interativa, permite que as deputadas exerçam um maior controle sobre sua narrativa, apresentando aspectos mais pessoais e destacando suas realizações políticas. Ao integrar a análise das matérias de jornais e das autoimagens no Instagram, a pesquisa busca desvendar as complexas dinâmicas entre representação midiática, autodeterminação digital e as percepções construídas em torno das mulheres na política contemporânea.

Foram escolhidas de forma estratégica as deputadas federais Erika Hilton e Tabata Amaral, eleitas nas eleições de 2022 e que tiveram suas imagens impulsionadas nas mídias principalmente no ano de 2023 em razão de alguns acontecimentos específicos que ficaram marcadas nas suas trajetórias e que serão discutidos ao longo desta análise.

Erika Hilton, figura política filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), é a primeira mulher trans e preta a assumir o cargo de deputada federal, causando uma ruptura no que era considerado “normal” dentro da política brasileira e, portanto, expondo o seu caráter estruturalmente racista e heterossexista. Além de ter alguma exposição da mídia tradicional, Érika vem construindo sua imagem de forma veemente nas redes sociais. Em seu Instagram, ela soma mais de dois milhões de seguidores e o impacto de seu conteúdo pode ser visto no número de replicações.

Tabata Amaral é filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e também teve sua imagem vinculada a manchetes de jornais, seja pelos seus feitos ou pelo seu envolvimento com outros

políticos. A deputada soma quase um milhão de seguidores, que usa principalmente para postagens políticas. Tabata possui uma maior visibilidade midiática também por ter lançado sua pré candidatura para a prefeitura de São Paulo ao lado de grandes nomes da política..

As escolhas das depuradas também se justificam com a necessidade de melhor entender questões de interseccionalidade, já que, apesar de serem duas mulheres que enfrentam desafios relacionados a gênero, esses desafios se diferenciam em suas particularidades. Erika Hilton, sendo uma mulher trans preta e periférica, enfrenta questões diferentes que Tabata Amaral, uma mulher branca e cis.. A análise de todas essas intersecções leva a conclusões distintas, mas que podem convergir em determinados pontos.

A metodologia de coleta de dados nos jornais e no Instagram envolveu diferentes abordagens. Nos jornais, foi feita uma busca na base de dados online dos dois veículos (Folha de São Paulo e Estadão), no período de 01/01/2023 a 08/11/2023, com os nomes das deputadas como palavras-chave.

O jornal Estadão possui um filtro mais específico em relação aos editoriais, então é possível visualizar de forma separada as notícias que foram veiculadas em cada editorial. Já o Jornal Folha de São Paulo conta com o mesmo sistema de filtro, mas acaba por incluir as mesmas notícias em diferentes editoriais, por isso a análise feita no Estadão foi mais minuciosa em relação aos editoriais e no Jornal Folha de São Paulo, mais abrangente.

No jornal Estadão, foram catalogadas 54 notícias contendo o nome da deputada Erika Hilton e destas, 43 estavam registradas no editorial de Política, correspondendo a quase 80% do total de notícias coletadas. Em uma análise mais aprofundada, apenas 12 matérias continham o nome da deputada no título, o que corresponde a 22,22%. O restante das matérias continha o nome dela de forma secundária, ou relacionada a feitos não políticos, ou ainda a momentos que geraram grande polêmica que reverberou não só para quem consome pautas políticas mas na sociedade como um todo, como foi o caso do dia 8 de março, quando o deputado Nikolas Ferreira fez um discurso transfóbico, levando a que o nome da deputada fosse vinculado a diversas matérias.

No jornal Folha de São Paulo, foram catalogadas 131 notícias com o nome de Erika Hilton, mas apenas 17 no editorial de Política, ou seja, menos de 13%, o que reforça a posição secundária da imagem da deputada como uma figura política de respeito e de grandes atividades legislativas. Também é possível ressaltar a espetacularização da figura política da deputada, já que existe um grande sensacionalismo quando os jornais tratam de

acontecimentos envolvendo-a, como no exemplo do embate com Nikolas Ferreira. Essa espetacularização na política pode ter implicações negativas, pois pode distorcer a compreensão pública dos problemas políticos, desencorajando uma participação informada e engajada. Pode também levar a uma polarização excessiva e a um ambiente político mais voltado para o espetáculo do que para a discussão construtiva de ideias.

Em relação à deputada Tabata Amaral, outros desdobramentos são perceptíveis em relação à sua imagem política nos jornais. No jornal Estadão, foram catalogadas 103 matérias com o nome da deputada, sendo 79 no editorial de política, o que corresponde a 75,70% do universo pesquisado, mas apenas 19 matérias traziam o seu nome exclusivamente na manchete, correspondendo a 18,45%. No jornal Folha de São Paulo, foram registradas 161 matérias, e 47 no editorial de política, aproximadamente 29,19% do total.

Os números mostram a posição secundária que ambas deputadas ocupam nas notícias dos jornais. Em muitos casos, as mulheres políticas são submetidas a uma cobertura midiática que enfatiza aspectos superficiais, como aparência física, estilo de vestir e vida pessoal, em detrimento de suas realizações políticas e competências. Essa abordagem sensacionalista pode reforçar estereótipos de gênero, subjugando as mulheres a papéis secundários e desvalorizando suas contribuições substantivas.

A espetacularização muitas vezes destaca eventos isolados ou polêmicas envolvendo mulheres na política, promovendo narrativas que não apenas reduzem a complexidade de suas ideias e propostas, mas também as colocam em uma posição de destaque negativo. A ênfase em escândalos pessoais ou dramatizações excessivas pode criar um ambiente hostil para mulheres na política, desencorajando a participação feminina e reforçando estereótipos prejudiciais.

Além disso, a falta de representação equitativa nos meios de comunicação tradicionais pode contribuir para a marginalização das mulheres na política. A sub-representação nos espaços de decisão editorial pode resultar em uma cobertura mais limitada e estereotipada, perpetuando assim desigualdades de gênero no campo político.

Portanto, é crucial que a mídia, incluindo os jornais tradicionais, adote uma abordagem mais equitativa e responsável na cobertura política, destacando as realizações e ideias das mulheres de maneira justa e objetiva, sem recorrer à espetacularização que perpetua desigualdades de gênero.

Já quando olhamos para a rede social Instagram das deputadas, é possível analisar um movimento de ressignificação de suas respectivas imagens, ou seja, elas usam a rede social para transformar as narrativas em que elas são inseridas pelas notícias dos jornais. Ambas deputadas postam muitas manchetes de jornais, agregando apenas legendas que as fazem ter um maior controle e voz sobre o conteúdo.

O uso das redes sociais tem se tornado uma ferramenta fundamental para as deputadas consolidarem suas imagens políticas e públicas de maneira direta e eficaz (GOMES,2004). Através dessas plataformas, as parlamentares têm a oportunidade de estabelecer uma conexão mais próxima com seu eleitorado, compartilhando não apenas suas ações no cenário político, mas também aspectos mais pessoais de suas vidas.

Ao utilizar as redes sociais, as deputadas podem construir uma narrativa destacando suas realizações, propostas legislativas e participações em debates cruciais. Além disso, podem promover interações diretas com seus seguidores e seguidoras, respondendo a perguntas, esclarecendo posicionamentos e envolvendo o público em discussões relevantes.

A capacidade de contornar intermediários tradicionais de mídia permite que as deputadas controlem a narrativa em torno de suas atividades políticas, evitando a espetacularização e promovendo uma compreensão mais precisa de suas contribuições. O uso estratégico das redes sociais também possibilita a construção de uma base de apoiadores mais engajada e diversificada, alcançando audiências que podem não ter acesso fácil aos meios de comunicação tradicionais.

No entanto, é importante notar que o sucesso dessa estratégia depende da manutenção da autenticidade e da transparência. As deputadas devem equilibrar a promoção de suas ações políticas com uma apresentação genuína de sua personalidade, cultivando assim uma relação de confiança com seus seguidores e consolidando uma imagem política pública mais sólida e positiva.

Nas seções seguintes, discutirei, em profundidade, as trajetórias das deputadas Erika Hilton e Tabata Amaral juntamente com as notícias retiradas dos jornais e postagens feitas nos instagrans das deputadas que exemplificam as análises feitas neste capítulo.

3.1. A PRIMEIRA DEPUTADA FEDERAL TRANS ELEITA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Erika Hilton é uma mulher transgênero, que se autodeclara negra e de origem humilde e periférica. Ela teve uma infância que retrata como muito boa, mas uma adolescência conturbada devido aos seus parentes começarem a frequentar igrejas que pregavam o fundamentalismo. A partir desse fanatismo religioso, a sua expressão de gênero os incomodou, e esse foi o motivo de sua expulsão de casa por volta dos 15 anos de idade. Como ela conta, teve que ir morar na rua e viveu por um tempo da prostituição até que foi retirada das ruas, por volta dos 19 anos, pela própria mãe que então já tinha uma outra compreensão em relação à expressão de gênero da filha. Essa transformação lhe deu as condições necessárias para que voltasse a estudar. (ERIKA HILTON (1ª TRANS ELEITA DEP. FEDERAL) - Mais que 8 Minutos #231: RAFINHA BASTOS.[S. l.]22 OUT 2022. PODCAST)

Erika Hilton concluiu seus estudos no ensino médio e chegou a cursar, mas não concluiu, os cursos de pedagogia e gerontologia na Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Foi na universidade que ela teve seu primeiro contato com as questões políticas, ingressando no movimento estudantil. No entanto, foram os anos em que esteve morando nas ruas que a fizeram ver como a sociedade marginaliza a população trans e que a incentivaram a querer lutar por essa população vulnerável. (ERIKA HILTON (1ª TRANS ELEITA DEP. FEDERAL) - Mais que 8 Minutos #231: RAFINHA BASTOS.[S. l.]22 OUT 2022. PODCAST)

O nome de Erika viralizou em 2015, após lutar por seu direito de usar o nome social na compra de uma passagem de ônibus. Ela não apenas se rebelou contra a empresa, mas lançou uma petição pela garantia do direito de uso do nome social de pessoas trans, obtendo sucesso e mais reconhecimento. Ela chegou a palestrar em diversas universidades em relação aos direitos das pessoas trans. Pouco tempo depois, ela foi convidada a se filiar ao PSOL, partido em que permanece até hoje.

Em 2018, Erika entrou para um grupo chamado bancada ativista, em que nove pessoas disputaram coletivamente por uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. Para a

surpresa de muita gente, o grupo foi eleito e Erika Hilton exerceu o papel de assessora dentro de um mandato compartilhado.

No ano de 2020, ela deixou a Assembleia Legislativa de São Paulo e se dedicou à candidatura para vereadora da cidade de São Paulo. Ela foi eleita com um número expressivo de votos e se tornou a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na câmara municipal da cidade. Enquanto vereadora, Erika ficou conhecida por priorizar questões relativas à preservação dos direitos humanos e ao desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBTQIA+.Dentre seus feitos legislativos, existem muitos projetos de lei. Em seu primeiro ano como vereadora propôs cerca de 116 projetos de lei que giraram em torno dos direitos humanos.

Um dos seus emblemático feitos foi a investigação em relação à violência contra pessoas trans e travestis em São Paulo, a partir de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Conhecida como CPI da transfobia, nela parlamentares olharam para questões de saúde da população trans e travesti, a retificação do nome civil e a violência sofrida pelas pessoas trans e travestis nas escolas. Ou seja, foi um movimento dedicado que priorizou os direitos humanos dessa população e que visou acabar com a transfobia institucional. (ERIKA HILTON “QUERO SER A PRIMEIRA TRAVESTI NO SENADO FEDERAL.REVISTAMARIECLAIRE.GLOBO.COM,2021)

No dia primeiro de fevereiro de 2023, Erika Hilton assumiu o seu mandato de deputada federal, sendo a primeira mulher negra e travesti a ocupar esse cargo e com pautas principalmente voltadas ao povo trans. Um feito emblemático.Hoje, ela também é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial na Câmara dos Deputados, que vem sendo um espaço de lutas pelos direitos sociais e do acesso à justiça.

Desde sua aparição como figura política, Erika vem engajando suas redes sociais como forma de atingir um público mais amplo. Em sua participação no podcast dirigido por Rafinha Bastos, “Mais que oito minutos”, reproduzido no canal de comunicação do Youtube, reforçando que o uso das suas redes sociais é de extrema importância para que sua voz ecoe não só naqueles que estão diretamente ligados à política mas toda a sociedade, ela explica: “Minhas redes sociais são bem engajadas, bem ativas, a gente utiliza as redes sociais também como uma forma de acessar a juventude, acessar outros grupos para falar de política, para

falar de direitos”. (ERIKA HILTON (1ª TRANS ELEITA DEP. FEDERAL) - Mais que 8 Minutos #231: RAFINHA BASTOS.[S. l.]22 OUT 2022. PODCAST)

Em seu Instagram, do dia 01/01/2023 até o dia 08/11/2023, Erika Hilton realizou 2.793 publicações, acumulou aproximadamente um milhão e novecentos mil seguidores, e seguia 4.652 pessoas. Em suas postagens, observa-se uma variação entre temas relacionados à vida pessoal e à sua vida política.

Em algumas situações políticas específicas existe um preciosismo na forma em que é elaborada uma publicação, não só a forma mas quantas vezes aquela situação é enfatizada e postada (SLIMOVICH, 2021), com o propósito de que o público se aproxime cada vez mais da figura política.

Por exemplo, no dia 8 de março de 2023, houve uma sessão especial de dia das mulheres presidida pela deputada Maria do Rosário do PT-RS. Durante a sessão, o deputado Nicolas Ferreira, do partido PL, ironizou as mulheres trans colocando uma peruca e se afirmando como mulher. A atitude do deputado reverberou para fora da Câmara dos Deputados e causou uma grande comoção nas redes sociais e nos jornais tradicionais.

O jornal Estadão produziu duas matérias sobre o acontecimento. Cinco dias após o acontecimento foi publicada notícia de que o espaço do “Estadão Notícias” teria a participação de Erika Hilton, que falaria a respeito da transfobia, juntamente com outras deputadas.

No 'Estadão Notícias' de hoje, vamos conversar sobre a importância da representativa trans na política e do combate à transfobia no Brasil, numa entrevista com a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). Nós também vamos falar sobre a crescente onda para criminalizar as terapias de redesignação sexual nos parlamentos brasileiros, com a repórter do Estadão, Adriana Ferraz. Participam ainda com depoimentos a deputada federal, Tábata Amaral (PSB-SP), e a deputada estadual, Erica Malunguinho (PSOL-SP). (ESTADÃO,13/03/2023)

Nesse podcast, Erika Hilton debate questões como a transfobia no Brasil e também fala sobre o projeto transcidadania e a sua vontade de transformá-lo em política de estado para tratar das negligências vivenciadas pela população trans.

Além desse podcast, uma outra matéria foi publicada pelo jornal Estadão, com o título “Caso Nikolas Ferreira: entenda reações a discurso de deputado que usou peruca loira na Câmara Parlamentar é alvo de três notícias-crime no STF; para especialistas, ele pode perder mandato por crime de transfobia”. Nessa matéria algumas deputadas são citadas, entre elas, Erika Hilton, já que seu partido PSOL havia protocolado uma notícia-crime contra o deputado, por homofobia, no Supremo Tribunal Federal. “A notícia-crime afirma que Nikolas Ferreira tentou 'humilhar e constranger toda a população transexual' e que as declarações do deputado aumentam o risco de violência contra pessoas trans” (ESTADÃO, 2023).

Já na rede social Instagram da deputada Erika Hilton, 14 postagens foram direcionadas ao caso, incluindo charges, petições, e recortes de manchetes de jornais (Metrópole, Estadão, O Globo, GPS, Folha de São Paulo e Uol). Uma sequência de postagens enfatiza a necessidade de cassação do mandato do deputado Nikolas Ferreira por todas as suas falas e atos transfóbicos.

No dia 8 de agosto de 2023, uma postagem foi feita em comemoração à vitória na justiça de um processo jurídico movido contra o deputado. E os comentários a essa postagem refletem uma onda de indignação entre os apoiadores de Erika, que também apoiam a cassação do mandato de Nikolas Ferreira.

VITÓRIA!!

Nikolas Ferreira perdeu o processo movido em parceria entre a @aliancalgbti, a @abrafhoficial e meu mandato e terá que deletar 10 postagens transfóbicas.

As postagens, feitas em referência ao seu discurso transfóbico e misógino no Dia da Mulher, foram reconhecidas pelo TJDF como discurso de ódio e que geram risco de violência pra pessoas trans.

Essa condenação é um passo extremamente importante pra barrar os avanços da extrema direita contra a população LGBTQIA+.

Trabalharei sempre pra que a justiça bata na porta daqueles que usam a política pra despejar discursos de ódio que colocam em risco nossa vida.

#ErikaHilton #Politica #LGBTQIA #Trans #Justica (IG ERIKA HILTON, 08/08/2023) min

Já o jornal Folha de São Paulo publicou três matérias direcionadas ao acontecimento, sendo duas delas produzidas pela jornalista e colunista Mônica Bergamo. A primeira matéria, intitulada “Deputados pedem a cassação de Nikolas Ferreira por discurso transfóbico com peruca Parlamentar ironizou transexuais em discurso no plenário da Câmara nesta quarta” e produzida no mesmo dia do acontecimento, traz as informações do abaixo assinado e das notícias-crimes no STF. Além disso, retrata a indignação de outras deputadas, como Tábata Amaral, que saiu em defesa da população trans.

Após discursar na tribuna da Câmara usando uma peruca loira e ironizar mulheres trans, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) se tornou alvo de três notícias-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) por transfobia e de um abaixo-assinado a favor de sua cassação com mais de 270 mil adesões. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o parlamentar se apresentou como “deputada Nikole” e criticou “homens que se sentem mulheres”. Ele também criticou o feminismo e defendeu que mulheres “retomem sua feminilidade concebendo filhos e casando”. (MÔNICA BERGAMO, 08/03/2023)

A segunda matéria, intitulada “Erika Hilton pede a Moraes medidas cautelares contra Nikolas Ferreira por transfobia nas redes. Deputada diz que colega tem disseminado notícias falsas sobre mulheres trans desde episódio na Câmara”, enfatiza a transfobia cometida pelo deputado e a busca de Erika Hilton por justiça, não apenas por meio de pedido de medida protetiva, mas também através do pedido de suspensão de todas as contas do deputado para que não dissemine notícias falsas contra pessoas trans.

“O comportamento do deputado Nikolas Ferreira, no que diz respeito à transfobia, é recorrente e afrontoso à ordem jurídica no país, bem como às instituições de Justiça. Mesmo já sendo investigado pela prática de transfobia em pelo menos dois outros casos, o deputado deliberadamente escolheu realizar um discurso ofensivo e criminoso no dia 8 de março”, afirma a parlamentar. (MÔNICA BERGAMO, 13/03/2023)

Identifica-se uma mobilização dos jornais para noticiar o acontecido, mas, ao mesmo tempo, observa-se que jornalistas atuaram como observadores neutros e relataram os eventos de maneira objetiva (Tuchman, 1992), permitindo que o público formasse suas próprias opiniões com base nas informações fornecidas. Ambos os jornais tornaram pública a situação, descrevendo o acontecimento embasados nos depoimentos dos envolvidos. A exceção foi o jornal Estadão que, mas diante da transfobia, produziu o podcast com Erika Hilton, mostrando um interesse dos jornalistas pela perspectiva social.

No mais, é importante notar ainda que existe uma sub-representação das mulheres na cobertura jornalística e, principalmente, nos noticiários políticos (Biroli, 2010), e talvez isso possa explicar porque o acontecimento ganhou mais notoriedade nas redes sociais do que nos jornais tradicionais. Essa sub-representação reforça uma posição de menos prestígio e de marginalização da mulher na política (Biroli, 2010) mas que Erika Hilton busca superar, criando uma nova realidade social e demarcando sua identidade social e pessoal, e toda sua subjetividade (Jesus, 2012).

Em uma segunda situação, Erika Hilton se colocou novamente em posição de protestar. Desta vez, o embate foi com o pastor Valadão, que fez uma declaração em sua igreja contra a população LGBTQIA+. O jornal estadão fez uma matéria em que menciona Erika Hilton - “Pastor André Valadão é alvo de representação por incitar fiéis a ‘irem para cima’ de pessoas LGBTQ+ Deputada Erika Hilton acionou o Ministério Público contra o pastor por ter estimulado ‘que fiéis matassem pessoas LGBTQs’; MPF já instaurou procedimento para apurar possível prática de homofobia”.

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) enviou uma representação ao Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) nesta segunda-feira, 3, contra o pastor André Valadão por ele ter sugerido “que fiéis matassem pessoas LGBTQs, durante seu culto”. Em uma pregação em português na Igreja Lagoinha de Orlando, nos Estados Unidos, o pastor afirmou que se Deus pudesse, “matava tudo e começava de novo”, então incitou os fiéis: “vamos para cima”. O Ministério Público Federal (MPF) já anunciou que instaurou procedimento para apurar possível prática de homofobia e que, após a apuração dos fatos, encaminhará as medidas cabíveis. (ESTADÃO, 03/07/2023)

A deputada fez uma sequência de postagens em seu Instagram, a primeira no dia 3 de julho de 2023, com um compilado de manchetes a respeito desse acontecimento, dentre elas a citada acima. .

LGBTFOBIA É CRIME! Cadeia pra Valadão!

Não aceitaremos mais a incitação a crimes de ódio disfarçado de religiosidade.

Deus não odeia o orgulho. Deus não quer nossa morte.

Esse ódio e ataque as nossas vidas vêm de seres humanos. E estes responderão na justiça dos homens. (IG ERIKA HILTON, 03/07/2023)

A legenda na postagem da deputada está carregada de um sentimento de inconformismo e mostra sua indignação e esperança de que algo seja feito a respeito da fala do pastor que fere os direitos humanos da população LGBTQIA+.

Já o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria escrita por Fábio Zanini, intitulada “Erika Hilton aciona Ministério Público após pastor Valadão incitar fiéis contra LGBTQIA+ Parlamentar diz que líder religioso incentiva a morte das pessoas da comunidade”:

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou uma nova denúncia ao Ministério Público de Minas Gerais contra o pastor André Valadão nesta segunda-feira (3), após o líder religioso ter sugerido que fiéis "matem pessoas LGBTQIA+", segundo diz a representação da parlamentar. A fala aconteceu no domingo (2), durante um culto na Igreja Batista da Lagoinha. (FÁBIO ZANINI, 03/07/2023)

A deputada postou em seu Instagram a matéria do jornal Folha de São Paulo, escrita por Mônica Bergamo e intitulada “Ministério Público de MG abre inquérito criminal contra André Valadão por homotransfobia A deputada federal Erika Hilton denunciou o pastor evangélico”, celebrando o resultado de sua ação:

VITÓRIA!

O Ministério Público abriu uma Investigação Criminal contra o Pastor André Valadão após reiterados crimes de LGBTfobia, graças aos pedidos feitos por mim.

LGBTfobia é crime! Chega de impunidade e de incitar a violência contra nossa comunidade. (IG ERIKA HILTON, 03/07/2023)

Erika Hilton usa sua rede social Instagram para intensificar suas lutas em prol do que acredita e defende. O post comemorando a abertura da investigação criminal mostra que o espaço é usado também de forma a atualizar sua comunidade, principalmente acerca dos avanços em relação à pauta LGBTQIA+.

3.2. ATIVISTA PELA EDUCAÇÃO E DEPUTADA FEDERAL

Tabata Claudia Amaral de Pontes é uma mulher cisgênero e branca, que cresceu na zona sul de São Paulo, em um bairro pobre chamado Vila Missionária. Ela é filha de Maria Renilda Amaral Pires, diarista, e Olionaldo Francisco de Pontes, cobrador de ônibus e teve uma infância e adolescência dedicada aos estudos na qual se destacou e participou de alguns campeonatos, chegando a representar o Brasil em campeonatos internacionais. Toda sua trajetória de estudos fez com que ela fosse aprovada em diversas universidades e com bolsas integrais. Com isso, se graduou em ciência política pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e também se formou em astrofísica pela mesma universidade. Em seus feitos políticos, a educação é um ponto em que a deputada mais trabalha em busca de mudanças e melhorias.

Um dos seus feitos foi a fundação do Mapa da Educação, que tem como propósito fazer com que a educação se torne prioridade na agenda política nacional, para que a mudança do país comece com a educação e com os jovens. Isso porque ela acredita que as políticas de educação visam garantir o acesso equitativo a oportunidades educacionais, promovendo a igualdade e combatendo disparidades sociais. Ao investir na formação educacional, cria-se uma base sólida para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, capacitando-os a contribuir significativamente para a sociedade.

Tabata Amaral, sendo uma ativista da educação e uma política progressista, acredita que a articulação entre políticas de educação e juventude também é essencial para enfrentar desafios específicos dos jovens, como o acesso ao mercado de trabalho, a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades necessárias para uma sociedade em constante evolução. Sendo que investir em políticas de educação e juventude não apenas promove o bem-estar individual, mas contribui para o fortalecimento da base socioeconômica e cultural de uma nação, criando um ambiente propício para o crescimento sustentável. (TABATA AMARAL:

CONHEÇA A JOVEM DA PERIFERIA QUE PASSOU POR HARVARD E HOJE ESTÁ NO CONGRESSO NACIONAL.NA PRÁTICA.ORG.BR, 2019)

Tabata participou também da criação do movimento Acredito, que tinha como objetivo a renovação política, e a favor de uma política anti privilégios. Hoje ela já está em seu segundo mandato como deputada federal pelo estado de São Paulo, sendo o primeiro de 2019 a 2023 e agora de 2023 até 2027. Atualmente, a deputada é filiada ao partido PSB (Partido Socialista Brasileiro), mas de 2018 a 2021 foi filiada ao PDT (Partido Democrático Trabalhista). As suas atuações estão mais voltadas a questões da educação, mas também discute questões de gênero e juventude.

Assim como a deputada Erika Hilton, Tabata Amaral usa a rede social Instagram como meio para se aproximar do público que a segue. Até o dia 30/11/2013, sua conta seguia 1.762 contas, tinha 949 mil seguidores e 4.951 postagens, nas quais Tabata divulgava notícias políticas, acontecimentos que reverberam na internet, e eventos de sua vida pessoal.

A deputada tem seu nome veiculado diversas vezes nas matérias dos jornais Estadão e Folha de São Paulo, mas, em sua grande maioria, ela aparece atrelada a outras pessoas e, portanto, como “coadjuvante” na cobertura. Durante o período pesquisado, poucas vezes ela foi a “protagonista” da notícia. Para esta pesquisa, foram mapeadas as notícias mais presentes nos jornais e na mídia Instagram da deputada federal.

No dia 28 de outubro de 2023, Fábio Zanini produziu a matéria “Alckmin diz que Tabata é a verdadeira mudança e reforça divergência com Lula em SP Em evento, vice-presidente fez defesa da candidatura da deputada a prefeita no ano que vem”, publicada no jornal Folha de São Paulo, que relata a defesa da candidatura de Tabata para prefeita de São Paulo pelo Vice-Presidente da República.

A defesa enfática de Alckmin ajuda a consolidar a candidatura da deputada, o que deve colocar o vice em campo adversário ao de Lula e do PT, que defendem Guilherme Boulos (PSOL). Segundo o vice, Tabata representa "mudar com a sensibilidade e a garra das mulheres, com honestidade, experiência, história de vida". (FÁBIO ZANINI, 28/09/2023)

A notícia foi postada também pela deputada federal em seu Instagram, com a seguinte legenda:

É uma honra contar com o apoio e a parceria de lideranças que são inspiração para mim, e dividirmos o sonho de uma São Paulo mais justa, desenvolvida e ética. Nosso vice-presidente e ministro, @geraldoalckmin_, e o nosso ministro, @marciofrancasp, são exemplos de lideranças públicas que tanto contribuíram e seguem contribuindo com São Paulo. Muito além da polarização entre a esquerda e a direita, a gente sabe que São Paulo hoje está dividida em duas cidades: a das desigualdades e a dos privilégios. E a gente precisa construir uma ponte em cima desse abismo para que a verdadeira mudança aconteça na nossa cidade. O nosso sonho de uma cidade melhor para todos é uma luta coletiva! Estamos juntos! (IG TABATA AMARAL, 29/10/2023)

O posicionamento da deputada federal tem como objetivo enfatizar a ideia defendida pelo Vice-residente Alckmin, além de ressaltar que não está aliada a qualquer dos lados da política brasileira e sim, aliada ao povo, colocando essa luta como coletiva. Ela traz em suas palavras um discurso considerado “neutro”, que reconhece a interdependência de uma sociedade pluralista, mas apresenta a responsabilidade de atender às necessidades das minorias, de forma a ter responsabilidade política (YOUNG,1990). Tabata Amaral usa a notícia para reforçar seu posicionamento político e de alguma forma, se distancia dos extremos políticos.

No dia 18 de outubro de 2023, o jornal Estadão publicou uma notícia referente ao questionamento dos internautas a respeito do posicionamento político da Tabata Amaral: seria ela de direita ou de esquerda? A matéria, intitulada “Tabata Amaral é de esquerda ou direita? Veja respostas da deputada às dúvidas de internautas Parlamentares, no segundo mandato na Câmara, é a convidada do quadro Joga na Busca, do ‘Estadão’, que apresenta perguntas feitas pelos brasileiros a autoridades e políticos”, apresenta as respostas da parlamentar a dúvidas do público brasileiro.

A parlamentar respondeu essa e outras dúvidas de internautas no “Joga na Busca”, quadro do **Estadão** que traz os questionamentos mais repetidos pelos brasileiros na internet sobre autoridades e políticos de diferentes correntes. Cotada para disputar a prefeitura de São Paulo, ela se diz de centro-esquerda. (ESTADÃO, 18/10/2023)

O posicionamento de Tabata no contexto de uma política muito dividida e polarizada faz com que haja especulações sobre sua política. Quem a acompanha muitas vezes cobra um posicionamento mais incisivo, pois intitular-se "centro-esquerda" não é o suficiente para seus seguidores.

O questionamento se estende, e muitos que acompanham a deputada a intitulam como “de direita” ou como "de esquerda”, nas próprias notícias de jornais ou em seu Instagram a dúvida surge. Existe uma grande necessidade do “povo” de definir de que lado ela está, se ela tem ideias mais liberais ou conservadoras. No entanto, Tabata posiciona sua representação política de uma forma dinâmica e circular que é ajustada ao longo do tempo, ressaltando que atende a demanda de todos os cidadãos (NADIA URBINATI 2006).

Em seu Instagram, no dia 25 de setembro de 2023, Tabata Amaral postou a matéria produzida pela Folha de São Paulo e intitulada “Nem Lula nem Bolsonaro será prefeito de SP, diz Tabata sobre Boulos e Nunes Deputada federal do PSB se declara abertamente pré-candidata para 2024 e vê população cansada com polarização sem resultados”

Para quem nasceu, cresceu e vive em São Paulo, é muito triste ver o quanto a nossa cidade está abandonada. Muito além da polarização entre a esquerda e a direita, São Paulo está dividida hoje em duas cidades: uma é a da periferia e da desigualdade, na qual eu cresci, e a outra é a dos privilégios, dos shows e das oportunidades.

Não estou aqui para antecipar nenhum debate eleitoral, mas sim para debater sobre os problemas reais que afetam a população no dia a dia e buscar soluções. São Paulo merece mais! (IG TABATA AMARAL, 25/09/2023)

Novamente, a deputada busca ser vista como uma terceira via, sem vínculos com os extremos políticos presentes no cenário brasileiro, produzindo assim um questionamento a respeito de quais são os seus reais propósitos como política. Em seu próprio Instagram, seguidores enunciaram que essa candidatura seria para enfraquecer a esquerda, já que analisam a direita como muito bem consolidada.

Destaca-se a importância da imagem pública no cenário político contemporâneo, já que todas essas impressões são oriundas de uma imagem pública criada pela própria Tabata. A imagem pública não é “politicamente acessória” (GOMES, 2004), não é secundária, e sim essencial

para a construção da imagem pública, e determinante para a escolha dos políticos pelos eleitores.

Em sua rede social, Tabata Amaral mostrou sua indignação ao receber um email que a ameaçava, após se apresentar como pré -candidata a prefeita de São Paulo.

Desde que me apresentei como pré-candidata à prefeita, a gravidade e o número de ameaças que estamos recebendo se intensificaram. Esse é apenas um exemplo. Minha única resposta pra essas pessoas é: eu só temo a Deus e vocês não vão nos parar. (IG TABATA AMARAL, 18/10/2023)

As ameaças recebidas por email possuem um teor sexista e criminoso, e parecem ser motivadas por sua escolha política. A deputada é chamada de “esquerdista”, ou seja, mesmo diante de sua construção política não estar atrelada a nenhum extremo político, vinculam a sua imagem a um lado e usam isso como motivo para ameaçá-la.

O jornal Estadão publicou uma matéria no mesmo dia a respeito das ameaças recebidas pela deputada, intitulada “Tabata Amaral denuncia ameaças de estupro coletivo e de morte recebidas por e-mail Parlamentar registrou boletim de ocorrência na Polícia Legislativa no Congresso e aguarda investigação do caso” .

A deputada federal e pré-candidata à Prefeitura de São Paulo Tabata Amaral (PSB) publicou nas redes sociais uma ameaça de morte que diz ter recebido por e-mail. A parlamentar afirmou que desde que anunciou a intenção de concorrer na capital paulista tem recebido mensagens desse tipo. No e-mail, o remetente diz que Tabata morrerá após sofrer um estupro coletivo. (ESTADÃO, 18/10/2023)

Na notícia, foi ressaltado também que outras deputadas foram ameaçadas, atos que podem ser explicados pela desigualdade de gênero, não só no âmbito político institucional mas também no campo midiático. A pouca visibilidade obtida por essas mulheres conseguem é carregada de estereótipos (BIROLI, 2010) de gênero que, conseqüentemente, são normalizados por atos de sexismo e misoginia. Episódios como esse vem sendo caracterizados por cientistas políticas feministas como "violência política de gênero" (Matos, 2021).

4. RETRATOS NA MÍDIA: COMPARANDO O TRATAMENTO DE DUAS MULHERES NOS JORNAIS.

Com as análises feitas em torno das duas deputadas federais Erika Hilton e Tabata Amaral, é possível pontuar questões sociais que são intensificadas nas projeções feitas pelas mídias tradicionais em relação às suas imagens. As matérias analisadas dos dois jornais trazem um panorama de como a mídia tradicional as posiciona em ambientes e instituições políticas historicamente dominadas por homens e, portanto, com grandes barreiras à participação feminina. Estereótipos de gênero, preconceitos e discriminação são obstáculos comuns que as mulheres políticas enfrentam, muitas vezes sendo subestimadas ou questionadas em sua competência com base em padrões de gênero. Além disso, a falta de representatividade feminina em cargos de liderança política contribui para a perpetuação de políticas que não refletem as necessidades e perspectivas das mulheres. No meio midiático, as relações de poder são perpetuadas como na sociedade; no entanto, as perspectivas das mulheres são marginalizadas principalmente quando se trata de mulheres na política.

Erika Hilton tem sua imagem nos jornais tradicionais muito vinculada a “polêmicas” que foram inflamadas pela mídia em geral, o que acaba repercutindo nas manchetes. No caso do dia 8 de agosto, as falas de Nikolas Ferreira repercutiram muito, atingindo não só Erika Hilton mas muitas outras mulheres que se sentiram desrespeitadas. Contudo, devido ao lugar que a deputada ocupa e por ser uma mulher transgênero, acabou sendo mais ressaltada a transfobia de Nikolas Ferreira, com as notas e falas de repúdio da deputada. Isso fez com que, durante algum tempo, o nome da deputada fosse vinculado a diversas manchetes relacionadas ao caso.

Existiu um movimento da mídia de dar mais ênfase a Erika Hilton após ela se tornar deputada, já que sua eleição foi um marco histórico sendo ela a primeira deputada federal transgênero do Brasil. Mas, mesmo quando comparada à cobertura que recebem deputados homens, esse usualmente têm mais espaço. A sub-representação das mulheres nos jornais tradicionais e nos noticiários políticos é um reflexo de uma sociedade que ainda não enxerga a mulher na política com igual respeito como o homem é enxergado (Biroli, 2010) e são atitudes que reforçam os papéis de gênero na sociedade.

Erika Hilton, por ser uma mulher trans, lida com outras questões que perpassam a construção de sua identidade e imagem pelos jornais, o que é abordado pelo transfeminismo, que leva em consideração que as formas de discriminação e violência de gênero acontecem de formas específicas (JESUS,2014). Mas essas especificidades são ou ignoradas pela mídia tradicional, ou espetacularizadas, uma injustiça que Erika busca reparar por meio de sua interação direta com o público nas redes sociais.

Quando analisamos a imagem da Tabata Amaral, notam-se outras questões, mas a principal delas é a sub-representação, já que a maioria das notícias em que o nome da deputada aparecia, ela estava atrelada a outras pessoas que tinham mais “relevância” na matéria. Mesmo diante da relevância dos seus feitos, não lhe era concedido um grande espaço nas manchetes dos jornais.

A deputada federal teve sua imagem vinculada também em matérias referentes à posição política. Muitos de seus seguidores e internautas leitores dos jornais acreditam que sua posição política é confusa e assim, é difícil de entender a qual lado ela está aliada na política brasileira hoje tão polarizada. A forma como os jornais a veem reforça a importância da construção da imagem pública, sendo ela essencial para o embasamento não só dos grandes meios midiáticos mas também para os eleitores de modo geral.

As duas deputadas federais são alvos de ameaças, seja por emails ou em uma sessão no plenário, ambas sofrem com a misoginia e o machismo de formas diferentes, mas que as atinge como mulheres políticas.

A deputada Tabata Amaral relata que vem recebendo e-mails desde a sua pré-candidatura à prefeita de São Paulo, sendo o conteúdo dos e-mails até mesmo criminosos. No entanto, quem envia tais mensagens se sente no direito de ameaçar a deputada, não só a invalidando como política mas como mulher. Isso pode ser atribuído a normas culturais e sociais que historicamente perpetuaram uma hierarquia de gênero, conferindo aos homens uma posição de superioridade. A misoginia, que é a aversão ou hostilidade às mulheres, muitas vezes se manifesta por meio de linguagem ofensiva e desrespeitosa.

O mesmo ocorre com a deputada Erika Hilton, que recebe ameaças por ser uma mulher política e por ser uma mulher trans. Sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans no

mundo, é desafiador, mas de grande importância, que ela continue sendo uma representação de minorias, que reconhece e defende o direito das minorias e a complexidade das identidades.

As notícias em que os nomes das deputadas aparecem dizem muito sobre suas perspectivas sociais e experiências. Tabata Amaral está muito ligada às questões de educação, enquanto Erika Hilton está mais ligada à questão de direitos humanos e cidadania e a mídia consegue imprimir isso nas matérias que as envolve.

No entanto, Erika Hilton, sendo uma mulher trans, enfrenta diversas dificuldades quando busca ingressar na política, refletindo desafios complexos e persistentes relacionados à discriminação de gênero e à transfobia. Uma das principais barreiras é a resistência social e política em aceitar a diversidade de identidades de gênero. Muitas vezes, mulheres trans são confrontadas com estigmatização, preconceito e falta de compreensão, tanto por parte de eleitores quanto de colegas políticos. Essa resistência pode se manifestar em discursos discriminatórios, campanhas difamatórias e até mesmo em obstáculos legais que buscam marginalizar ou desencorajar a participação política de pessoas trans, como foi mostrado nas notícias dos jornais e no Instagram pessoal da deputada federal.

Além disso, a representação política historicamente tem sido dominada por normas patriarcais e cisgênero, o que cria barreiras sistêmicas para mulheres trans. A falta de modelos a seguir e de redes de apoio específicas para mulheres trans na política também contribui para a escassez de representação. Em resumo, as dificuldades enfrentadas por mulheres trans na política destacam a necessidade urgente de promover uma cultura mais inclusiva e aceitadora, bem como de implementar políticas que garantam equidade e respeito para todas as identidades de gênero no cenário político.

Um dos problemas mais prevalentes é a persistente sub-representação das mulheres em cargos políticos, decorrente de estereótipos de gênero, discriminação e barreiras institucionais. Essa falta de representação limita a diversidade de vozes e perspectivas na formulação de políticas e na tomada de decisões. Além disso, as mulheres na política, como representado nas duas deputadas que tiveram suas imagens analisadas, muitas vezes enfrentam discriminação de gênero, incluindo sexismo, misoginia e estigmatização. Comentários e comportamentos sexistas são utilizados para desacreditar as competências das mulheres, minando sua credibilidade e eficácia no exercício do cargo. As ameaças à segurança das mulheres na política também são uma preocupação significativa. Mulheres políticas, em muitos casos, são

alvo de assédio, intimidação e até mesmo violência física. A exposição midiática, muitas vezes, amplifica essas ameaças, tornando as mulheres vulneráveis a ataques online e offline. A disseminação de discursos de ódio e a falta de medidas eficazes para proteger mulheres políticas contribuem para um ambiente hostil que dissuade a participação feminina na esfera política.

Para enfrentar esses problemas, é crucial implementar medidas que promovam a igualdade de gênero na política, incluindo a promoção de políticas antidiscriminatórias, a criação de ambientes seguros e o fortalecimento do apoio institucional às mulheres na política. Isso não apenas contribui para a construção de sociedades mais justas, mas também enriquece o debate público por meio da inclusão de diversas vozes e perspectivas.

5. CONCLUSÃO

A análise das interações entre mídia, gênero e política evidencia um cenário complexo, no qual observamos a perpetuação de estruturas discriminatórias como machismo, transfobia e privilégio heteronormativo. Este estudo ressalta a urgência de compreendermos as implicações desses fenômenos na construção da imagem política, reconhecendo que as narrativas midiáticas não são meras reflexões da realidade, mas sim agentes ativos na moldagem das percepções coletivas.

A presença persistente de machismo nas representações midiáticas contribui para a manutenção de normas de gênero prejudiciais, limitando a participação plena das mulheres na esfera política e perpetuando desigualdades estruturais. A transfobia, expressa em narrativas discriminatórias e estigmatizantes, marginaliza e coloca em risco a comunidade trans, revelando a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva por parte da mídia.

Além disso, a reprodução do privilégio heteronormativo nas representações políticas contribui para a marginalização de experiências e identidades LGBTQ+, ignorando a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Este privilégio, muitas vezes implícito, reforça uma visão limitada e excludente da sociedade, excluindo vozes importantes do diálogo político.

No entanto, diante desses desafios, é encorajador observar movimentos sociais e ativistas que resistem às narrativas prejudiciais, redefinindo a imagem política e desafiando a hegemonia discursiva. A conscientização crescente em torno dessas questões sugere um potencial significativo para a transformação. A mudança efetiva requer a participação ativa não apenas da mídia, mas também de instituições políticas, educacionais e da sociedade como um todo.

A promoção de uma mídia mais inclusiva e consciente é vital para ampliar a diversidade de vozes e experiências, contribuindo para uma representação mais justa e equitativa na esfera política. A desconstrução do machismo, da transfobia e do privilégio heteronormativo exige um compromisso coletivo e contínuo, visando uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa da diversidade. Em última análise, ao reconhecermos as complexas relações entre

mídia, gênero e política, estamos dando passos cruciais em direção a uma transformação social mais profunda e inclusiva.

A presença da misoginia na mídia e na política é um fenômeno profundamente enraizado, refletindo e reforçando as desigualdades de gênero que permeiam a sociedade. Na esfera midiática, a cobertura muitas vezes se inclina para estereótipos prejudiciais, relegando as mulheres a papéis secundários ou enfatizando aspectos superficiais de sua aparência em detrimento de suas habilidades e conquistas. Além disso, a política não permanece imune a essas práticas discriminatórias; mulheres que buscam cargos públicos frequentemente enfrentam ataques baseados em sua identidade de gênero, com críticas que vão desde a trivialização de suas opiniões até a exploração de estereótipos tradicionais para desacreditá-las. Esses comportamentos contribuem para a persistência de um ambiente misógino que desencoraja a participação ativa das mulheres na esfera pública. A mudança necessária requer não apenas a conscientização sobre esses padrões prejudiciais, mas também a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero e a desconstrução de discursos misóginos tanto na mídia quanto na arena política. Essa transformação é essencial para assegurar uma representação justa e equitativa, onde mulheres não apenas participem, mas sejam respeitadas e valorizadas em todas as instâncias da sociedade.

No mais, é nítido que a análise dos casos da Erika Hilton e Tabata Amaral ajudam a entender diversos fenômenos, seja do machismo, transfobia, privilégio heteronormativo e também estereótipo de gênero. As análises no capítulo Erika Hilton e Tabata Amaral: As deputadas e o holofote público mostram que questões como a espetacularização e a sub-representação ainda acontecem com frequência nos jornais tradicionais, que é um reflexo da política no geral. A resistência das deputadas no ambiente político faz com que se estabeleça uma política mais inclusiva e representativa de minorias (YOUNG, 1990). As fissuras causadas pela inclusão dessas mulheres na política são essenciais para que a vida social se modifique junto, afinal, gênero molda a política e a vida social (SCOTT, 1989).

Também se conclui a ideia que, os veículos das redes sociais ajudam na construção da imagem política, já que essas deputadas usam desse meio para transformar suas narrativas, colocando em primeiro plano as causas que defendem, as atividades legislativas e os debates

que participam. As deputadas não usam a construção da imagem política sendo opcional e sim essencial para o posicionamento político(GOMES, 2004).

Por fim, no capítulo Retratos na mídia: comparando o tratamento de duas mulheres nos jornais mostra que, apesar das duas mulheres políticas sofrerem com misoginia, machismo, estereótipos de gênero isso acontece de formas diferentes, já que, se trata de duas mulheres com construções sociais diferentes. A forma com que as categorias sociais se relacionam é capaz de criar cenários de opressão ou privilégio (COLLINS, 2019). Diante dessa realidade, as opressões causadas à Erika Hilton são únicas de uma realidade transgênero (JESUS,2014) e que não são de comum as opressões causadas à Tabata Amaral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gustavo. Vamos até a última instância para punir Nikolas Ferreira, diz Erika Hilton. Estadão [online], São Paulo, 2 out. 2023. Estadão Podcasts. Disponível em: ><https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/vamos-ate-a-ultima-instancia-para-punir-nikolas-ferreira-diz-erika-hilton/> <

Acesso em: 22 jan. 2023.

ANATER, Rubens. Pastor André Valadão é alvo de representação por incitar fiéis a ‘irem para cima’ de pessoas LGBTQ+. Estadão [online], São Paulo, 4 jun.2023. Política. Disponível em: ><https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/pastor-andre-valadao-incita-fieis-a-irem-para-cima-de-pessoas-da-comunidade-lgbtqia/><

Acesso em 22 jan. 2023.

BARBOSA, Suria (17 de maio de 2019) Tabata Amaral: conheça a jovem da periferia que passou por Harvard e hoje está no Congresso Nacional. Disponível em: ><https://www.napratica.org.br/trajetoria-tabata-amaral><. Acesso em 14 nov. 2023.

BERGAMO, Mônica. Erika Hilton pede a Moraes medidas cautelares contra Nikolas Ferreira por transfobia nas redes. Folha de São Paulo [online], São Paulo. 13 mar. 2023.lgbtqia+. Disponível em: ><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/03/erika-hilton-pede-a-moraes-medidas-cautelares-contranikolas-ferreira-por-transfobia-nas-redes.shtml><

Acesso em 22 jan 2023.

BERGAMO, Mônica. Deputados pedem a cassação de Nikolas Ferreira por discurso transfóbico com peruca Folha de São Paulo [online], São Paulo. 8 mar. 2023. lgbtqia+. Disponível em:

><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/03/tabata-pedira-cassacao-de-nikolas-ferreira-por-discurso-transfobico.shtml><

BIROLI, F. . Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no jornalismo. *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)* , v. 6, p. 71-98, 2011.

BIROLI, F. . Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)* , v. 34, p. 269-299, 2010.

BIROLI, Flávia. « Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política », *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 90 | 2010, colocado online no dia 15 Outubro 2012, criado a 15 Julho 2015. URL : [http:// rccs.revues.org/1765](http://rccs.revues.org/1765) ; DOI : 10.4000/rccs.1765.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495.

CRENSHAW, Kimberlé. *In: Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar*. *Geledés* 27 de Setembro de 2014.

Disponível em: »

<https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metafora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar>

Acesso em 20 nov 2023. .

CORTEZ, Natacha; Tozze, Humberto (23 de novembro de 2021). <Erika Hilton: 'Quero ser a primeira travesti no Senado Federal'>. Acesso em 16 nov. 2023.

ERIKA HILTON (1ª TRANS ELEITA DEP. FEDERAL) - Mais que 8 Minutos #231: RAFINHA BASTOS.[S. l.]22 OUT 2022. Podcast. Disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=I4YpFv9hzt4><. Acesso em 20 nov. 2023.

GALZO, Wesley ; TELES, Levi. Tabata Amaral é de esquerda ou direita? Veja respostas da deputada às dúvidas de internautas. Folha de São Paulo [online], São Paulo. 19 ago. 2023. Política. Disponível em: ><https://www.estadao.com.br/politica/tabata-amaral-e-de-esquerda-ou-direita-veja-respostas-da-deputada-as-duvidas-de-internautas/><

GOMES, W. S. . Transformações da política na era da comunicação de massa. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

Jesus, J. G. (2010b). Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. Em *Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares* Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares, Brasília, Brasil.

MATOS, Marlise. “A Violência Política Sexista, Racista e Interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres”. In: D’ÁVILA, Manuela (org.). Sempre Foi Sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Editora Instituto E Se Fosse Você, pp. 210-227, 2021.

MAZZOCO, Heitor. Tabata Amaral denuncia ameaças de estupro coletivo e de morte recebidas por e-mail. Estadão [online] São Paulo 18 out. 2023. Política. Disponível em: ><https://www.estadao.com.br/politica/tabata-amaral-denuncia-ameaca-de-estupro-coletivo-de-morte-nprp/>< Acesso em: 22 jan. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2011). *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: UNESP.

SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Ligia; MARQUES, Gabrielle. “Entre o 8 de março e o Dia das Mães: as pautas das deputadas ‘de direita’ no Instagram”. *In: 45º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2021, online. *Anais..* São Paulo, ANPOCS, 2021, p. 1-32.

SCOTT, J. *Gender and the politics of history* New York: Columbia University Press. 1998

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Recife, v. 20 n. 2, p. 71-99, 1990.

SLIMOVICH, Ana (2021). El Instagram de Alberto Fernández en tiempos de pandemia por COVID-19. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*. Palermo. 136, 24, p.91-111.

YOUNG, I. M. *Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship*, em PHILLIPS, A.(ed.). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ZANINI, Fábio. Alckmin diz que Tabata é a verdadeira mudança e reforça divergência com Lula em SP. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 28 out. 2023. Painei. Disponível em: ><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painei/2023/10/alckmin-diz-em-evento-que-tabata-e-a-verdadeira-mudanca-para-a-sp.shtml> <

Acesso em: 22 jan. 2023.

ZANINI, Fábio. Erika Hilton aciona Ministério Público após pastor Valadão incitar fiéis contra LGBTQIA+. *Folha de São Paulo* [online], São Paulo, 3 jul. 2023. Painei. Disponível em:

><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/07/erika-hilton-aciona-ministerio-publico-apos-pastor-valadao-incitar-fieis-contralgbtqia.shtml><

Acesso em 22 jan. 2023.